

Paul Mattick Jr. desvenda o lado escuro da crise

Ricardo Bez Claumann

Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

ricofl81@gmail.com

MATTICK, Paul. *Business as usual*. London: Reaktion Books, 2011, 126 p.

Originais recebidos em: 14/09/2012

Aceito para publicação em: 25/09/2012



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

Em meados de 2009, após o período crítico de estouro da crise dos *subprimes*, políticos, acadêmicos e jornalistas especializados apressaram-se em afirmar que o pior havia passado, e que estávamos no caminho de recuperação da economia. Afirmaram também que a eficiência e rapidez das medidas empreendidas pelos governos, sobretudo dos EUA, haviam sido capazes de evitar que a crise se agravasse ainda mais, afastando o perigo de depressão. A difícil situação enfrentada pelos países europeus em relação ao pagamento de suas dívidas, assim como o alto índice de desemprego apresentado não só nesses países, mas em várias outras regiões do globo fazem com que comparações com a crise de 1929 não pareçam infundadas. Apesar do crescimento da economia brasileira esboçado na última década e da relativa estabilidade, as fortes interconexões da economia global tornam todos reticentes quanto ao futuro.

O abalo causado pela crise motivou a produção de uma extensa literatura sobre o tema. Em geral, a maioria dos autores buscou explicar os motivos da quebra do sistema financeiro e propor soluções para a sua reconstrução. No entanto, a incapacidade demonstrada em preverem o surgimento da crise, assim como a imprecisão quanto a seus desdobramentos, causou uma descrença generalizada na teoria econômica

dominante. A obra de Paul Mattick Jr., intitulada *Business as Usual*, destaca-se por oferecer um contraponto ao pressuposto de racionalidade e eficiência dos mercados, pregado pelas correntes da economia neoclássica, ou da possibilidade de sua regulação pela intervenção estatal, conforme sustentam os economistas de orientação keynesiana. O autor, chefe do Departamento de Filosofia da Universidade Adelphi em Nova York, foi editor do *International Journal of Political Economy* e, tendo considerável experiência na área, afirma que uma análise do sistema econômico deve ser informada por categorias marxistas, visto que ensinam “como pensar o que está acontecendo” (p.9), possibilitando uma compreensão que vá além da esfera das finanças.

Em certo sentido, o ensaio de Mattick aproxima-se das demais obras que tratam da crise, visto que busca explicar suas origens e especula sobre suas possibilidades. O autor, contudo, aborda a crise não como um fato singular, mas inserida no contexto das dinâmicas de longa duração do capitalismo, caracterizadas por ciclos alternados de expansão e contração da economia. O período de prosperidade que sucedeu a segunda Guerra Mundial chegou a termo com a recessão de meados da década de 1970. Desde então, a economia, relativamente estagnada e apresentando baixas taxas de crescimento, vem passando por uma série de recessões e crises de diferentes graus de intensidade e duração. Para o autor, a crise de 2008/2009 indica a impossibilidade de expansão da economia como um todo, e a inevitabilidade de uma depressão há muito adiada. Apesar de ter se manifestado na esfera financeira, a crise tem sua base fundacional na produção e distribuição de mercadorias e serviços orientada pelo lucro, a chamada “economia real”.

Segundo Mattick, a explicação para os ciclos econômicos inerentes à economia capitalista tem de ser encontrada na obra de Karl Marx. A afinidade teórica entre os autores pode ser percebida pelo posicionamento crítico que têm em face da teoria econômica, sobretudo quando esta sustenta que o sistema econômico tende para a estabilidade e para a satisfação dos indivíduos. Mattick afirma que a relevância de Marx se deve ao fato de ter dado ênfase a características específicas do capitalismo que o tornam diverso de outros sistemas sociais. Destaca o papel do dinheiro no funcionamento da economia e, em particular, a necessidade de todo empreendimento econômico de obter lucro, representado pelo dinheiro. Estes conceitos são centrais para que se possa compreender da alternância de momentos de prosperidade e depressão que torna possível a reprodução do sistema capitalista.

A obra se abre com uma explicação dos fatos que levaram à crise de 2008/2009. As causas do colapso do sistema financeiro norte-americano, que por tratar-se do centro da economia mundial se espalharam pelos demais mercados, são bastante conhecidas, tendo sido exploradas à exaustão pelos veículos de comunicação de massa. A crise foi geralmente tratada como resultado do aumento de operações financeiras de alto risco, devidamente estimuladas pelos lucros do setor na década de 1990, e tornadas possíveis pela sua desregulamentação. Mattick não refuta tais considerações, mas as julga simplistas e capazes de explicar a crise apenas parcialmente, por estarem limitadas ao funcionamento das finanças. Tais explicações corroboram com a tradição da teoria econômica, que desde os clássicos está embasada no pressuposto de que o sistema econômico tende ao equilíbrio, devido a sua eficiência na alocação de recursos entre os potenciais usuários. Desse modo, qualquer falha que venha a ocorrer só pode ser originada por fatores externos ao funcionamento da economia, como a psicologia humana ou as políticas de governo equivocadas. Mattick procura explicitar a incoerência do discurso dominante, preso ao dogma de que “a natureza do capitalismo é essencialmente livre de problemas, aparte os eventuais excessos das finanças”. (p.21).

Uma análise histórica do sistema capitalista demonstra que as crises são um aspecto recorrente ao funcionamento do próprio sistema, mas que se tornaram cada vez mais severas à medida que o dinheiro foi tomando um lugar central na economia. No entanto, mesmo que as crises se manifestem na esfera das finanças, com o pânico dos mercados acionários, falências bancárias e problemas de crédito, representam uma série de eventos inter-relacionados. Fazem parte de fenômenos de expansão e contração da economia como um todo, caracterizados pela variação conjunta dos níveis de produção, comércio, investimento, emprego e salário. Inseridas em um contexto econômico mais amplo, as crises financeiras geralmente sinalizam a dificuldade do setor produtivo de continuar a crescer e, portanto, o fim de um período de prosperidade. A consequente depressão cria, paradoxalmente, as condições para o crescimento renovado da atividade produtiva, capaz de ultrapassar os limites anteriormente estabelecidos, possibilitando assim, a formação de um novo ciclo econômico.

Mattick prossegue o ensaio demonstrando que a variação de rentabilidade das empresas em seu conjunto está diretamente relacionada com as flutuações da economia. Em geral, quando uma sociedade apresenta uma alta taxa de lucro, ou seja, quando suas empresas são rentáveis, vivencia um período de prosperidade; uma baixa taxa de lucro, por sua vez, indica um período de depressão. O lucro, explica o autor, é a materialização

em dinheiro do trabalho realizado por toda a sociedade para a produção de mercadorias, depois de retirados os custos de reposição das matérias primas, máquinas e dos próprios empregados; produto coletivo, ainda que não seja coletivamente apropriado. Como o processo de produção e consumo de bens é dominado por empresas, e essas, para prosseguirem com suas atividades, são dominadas pela necessidade de obterem lucro, a expansão de todo o sistema se dá em função da realização do lucro. Logo, a base do funcionamento da economia capitalista é, como sempre foi, uma questão de *business*.

O autor sustenta que a chave para a compreensão dos ciclos econômicos é dada por aquela que Marx considerou a mais importante lei da economia política: a tendência para a queda da taxa de lucro. De forma bastante sintética, assevera que as empresas, para se manterem competitivas, precisam investir em máquinas que aumentem a produtividade, o que conseqüentemente diminui a necessidade de trabalho e portanto de lucro. Quando a lucratividade se torna insuficiente para a expansão do sistema como um todo, a depressão vem a agir como uma espécie de cura, reajustando o preço das mercadorias, incluído o trabalho, em um nível inferior, o que permite a retomada dos lucros e conseqüentemente, o começo de um novo ciclo.

O desenvolvimento da obra se dá pela compreensão da crise de 2008/2009 inserida em um ciclo de longa duração do sistema capitalista, que tem seu início com os fatos que marcaram o crescimento da economia após o fim da 2ª Guerra Mundial. A retomada da economia, descrita consensualmente como um período de incomum prosperidade do capitalismo, chamado de “A Idade de Ouro”, deveu-se ao elevado nível de destruição de capital causado tanto pela guerra quanto pela depressão de 1929/1939. Deveu-se também à aplicação dos chamados métodos keynesianos, em que os Estados estimulariam a economia em épocas de depressão, contraindo dívidas, que seriam pagas com o aumento dos impostos, quando a economia voltasse a crescer. A princípio, a duração da Idade de Ouro, e o resultado das políticas públicas de matriz keynesiana, levaram à crença de que os ciclos econômicos do capitalismo teriam chegado ao fim. Mattick afirma que tal premissa não se revelou verdadeira, mas que a nova configuração da economia, devida à participação direta do Estado, foi capaz de postergar o período de depressão que se anunciava na metade da década de 1970.

O autor, em provável tributo a seu pai, Paul Mattick Sr., reputado crítico do keynesianismo, analisa a influência dos postulados anti-crise keynesianos, que deram início a intervenções constantes do Estado, a partir dos sinais de recessão de 1973/1974. As políticas de gestão da crise transformaram as relações entre o Estado e as empresas,

ocasionando o surgimento de uma economia mista permanente, que não podia mais prescindir dos gastos públicos, e que mesmo décadas de reação neoliberal foram incapazes de desfazer. Se por um lado, os governos evitaram a derrocada da economia na depressão, mantendo uma situação de instabilidade controlada, por outro, as recessões relativamente brandas que se seguiram fizeram com que os períodos de recuperação fossem igualmente brandos. Desde então, a taxa de lucro médio das empresas permaneceu em queda, e mesmo a baixa nos salários não foi capaz de fazê-la voltar a crescer. Contrariando as previsões de Keynes, a dependência da atuação dos Estados na economia foi se tornando cada vez maior, e a estagnação do setor produtivo impediu que os governos arrecadassem o suficiente para a liquidação de suas dívidas.

A consequência foi o aumento progressivo do endividamento dos Estados capitalistas avançados, considerado em termos do PIB absoluto e relativo de cada país. A dívida governamental veio a somar-se ao crescimento da dívida das empresas e dos indivíduos, o que tornou possível a prosperidade aparente das duas últimas décadas. Como o dinheiro tomado em empréstimo era em geral destinado para a compra de bens e serviços, o débito reaparecia nos balanços das empresas e dos bancos como lucro. O problema que se originou é bastante circular, porque a dívida tomou o lugar do dinheiro que a economia em desaceleração era incapaz de gerar. Mas a dívida, ou seja, a promessa de pagamento futuro, precisa ser paga, e o reembolso só pode se dar através de dinheiro gerado pelos lucros do setor produtivo. O potencial de instabilidade do sistema de crédito, que se manifestou de forma clara e impactante em 2008/2009, na verdade expressava a incapacidade dos setores não financeiros da economia de se expandirem suficientemente.

Diante de tal explanação, Mattick se opõe de forma veemente as explicações convencionais dos motivos que levaram a “Grande Recessão”. Tais explicações da crise, limitadas à esfera das finanças, subentendem que a crise poderia ter sido evitada, caso as medidas corretas tivessem sido tomadas a tempo. De acordo com o autor, é errôneo atribuir a crise à ganância dos operadores do mercado financeiro, ou à irresponsabilidade das corporações, características que sempre fizeram parte do sistema capitalista. Quanto à desregulamentação do setor, afirma que foi, acima de tudo, uma resposta dos órgãos governamentais à pressão exercida pelas instituições financeiras. A conivência do governo às inovações financeiras, como securitizações e derivativos, objetivamente aumentou as possibilidades de fraude do sistema, mas não constitui a causa da especulação. O aumento da especulação, ou do uso do dinheiro para razões

exclusivamente financeiras, deveu-se às baixas taxas de lucro do setor produtivo. No capitalismo, as decisões de investimento são guiadas pela expectativa de maior lucratividade em menor tempo possível, imperativo pelo qual se orientam os detentores do capital. Conforme observa Mattick, a especulação simplesmente passou a oferecer melhores chances de lucro que o investimento produtivo.

Mattick conclui que o colapso econômico atual, tendo sido anunciado por décadas, faz parte do desenvolvimento sistêmico e histórico do capitalismo. Constitui-se em uma manifestação mais grave da depressão que se anunciava quarenta anos atrás, cujo controle foi o objetivo principal das políticas econômicas governamentais e razão de seu endividamento. A estagnação que caracteriza o período, excetuando-se o artificializado setor financeiro, demonstra a incapacidade do setor produtivo de obter lucro. De acordo com o autor, a crise revelou a insustentabilidade de um modelo econômico cuja produção é ineficiente e que tinha na especulação financeira a sua força motriz. Não há alternativa senão o agravamento da crise, e a entrada em um período de depressão.

O cenário desenhado por Mattick é, sem exageros, catastrófico. As consequências da depressão que apenas começa a se manifestar serão ainda mais terríveis que as da Grande Depressão. Prenuncia décadas de turbulência, marcadas pelo desemprego e pela piora nas condições de trabalho, falências generalizadas e possíveis conflitos entre nações. As dificuldades de retomada da economia serão ainda mais acentuadas pela iminente crise ambiental, em função da escassez de petróleo, água potável e terras agriculturáveis.

Os argumentos de Paul Mattick são extremamente coerentes e persuasivos. Uma análise atenta da história nos mostra que, guardadas as peculiaridades de nossa época, a natureza cíclica do capitalismo permanece, conforme o diagnóstico do século XIX. Mas são justamente essas peculiaridades, desmerecidas pelo autor, que conferem ao futuro um maior grau de incerteza. A depressão, assim como em 1973, pode continuar a ser postergada por injeções adicionais de crédito pelos governos; ou, inevitável, pode vir a ser menos grave e duradoura do que supõe. Mattick, estadunidense da geração do *baby-boom*, crescido com os benesses do pós-guerra e consternado pela crise que tem como epicentro os EUA, parece ter desconsiderado que, não obstante o alcance global, a crise afetou de forma diversa os países desenvolvidos e os países ditos em desenvolvimento; e que crises, desemprego, pobreza têm sido, em algumas partes do mundo fora da “América”, a ordem do dia por muito tempo.